

¿Futuro por pasado? “Tabelinha” entre Menem e Macri na gestão dos interesses organizados do futebol

Jefferson Ferreira do Nascimento - IFSP

jefferson.nascimento@ifsp.edu.br

O artigo analisa como os interesses organizados do futebol foram acomodados na agenda do Estado argentino durante os governos Carlos Menem (1989-1999) e Mauricio Macri (2015-2019). Feitas as análises bibliográfica e documental, por meio do *Comparative Process Tracing*, conclui-se que ambos regulamentaram e ampliaram o espaço para atuação da iniciativa privada com importantes similaridades apesar de diferenças partidárias. Nos dois períodos, a articulação dos clubes reduziu o alcance das reformas neoliberalizantes. As similaridades entre governos de períodos e partidos distintos se explicam tanto pela filiação neoliberal de Menem e Macri como pelo fato de Macri se consolidar como oposição ao peronismo sem recorrer à estética e retórica antiperonistas. Argumento que o enraizamento social somado à existência da Assembleia de clubes na AFA e, depois, da Superliga permitiram aos clubes argentinos a capacidade de articulação política mesmo sem uma bancada do futebol no *Congreso de La Nación Argentina*.

Palavras-chave: Neoliberalismo – Futebol – Estado Argentino – Carlos Menem – Mauricio Macri.

¿Futuro por pasado? “Combinación” entre Menem y Macri en el manejo de los intereses futbolísticos organizados

El artículo analiza cómo los intereses del fútbol organizado fueron acomodados en la agenda del Estado argentino durante los gobiernos de Carlos Menem (1989-1999) y Mauricio Macri (2015-2019). Luego de realizar el análisis bibliográfico y documental, utilizando el *Comparative Process Tracing*, se concluye que ambos gobiernos reglamentaron y ampliaron el espacio de actuación del sector privado, con importantes similitudes a pesar de las diferencias partidistas. En ambos períodos, la articulación de clubes redujo el alcance de las reformas neoliberales. Las similitudes entre gobiernos de diferentes períodos y partidos se explican tanto por la filiación neoliberal de Menem y Macri como por el hecho de que Macri se consolidó como una oposición al peronismo sin recurrir a estéticas y retóricas antiperonistas. Argumento que el arraigo social, sumado a la existencia de la Asamblea de clubes de la AFA y, posteriormente, de la Superliga, permitió a los clubes argentinos la capacidad de articulación política aun sin bancada del fútbol en el Congreso de La Nación Argentina.

Palabras clave: Neoliberalismo – Fútbol – Estado Argentino – Carlos Menem – Mauricio Macri.

¿Futuro por pasado? “One-two” between Menem and Macri in the management of organized soccer interests

The article analyzes how the organized interests of soccer were accommodated in the agenda of the Argentine State during the Carlos Menem (1989-1999) and Mauricio Macri (2015-2019) governments. After the bibliographic and documental analyses, through Comparative Process Tracing, it is concluded that both governments regulated and expanded the space for private initiative to act with important similarities despite the partisan differences. In both periods, the articulation of clubs reduced the reach of neoliberalizing reforms. The similarities between governments from different periods and parties are explained both by the neoliberal affiliation of Menem and Macri and by the fact that Macri consolidated himself as an opposition to Peronism without resorting to anti-Peronist aesthetics and rhetoric. I argue that the social roots added to the existence of the Assembly of Clubs in the AFA and, later, in the Superliga, allowed Argentine clubs the capacity for political articulation even without a soccer bench at the *Congreso de La Nación Argentina*.

Keywords: Neoliberalism – Soccer – Argentine State – Carlos Menem – Mauricio Macri.

1 Introdução¹

No futebol, tabelinha (tabela), *combinación* e *one-two* descrevem em português, espanhol e inglês, respectivamente, uma jogada entre dois ou mais atletas de um mesmo time, geralmente em ação ofensiva, trocando passes para superar a marcação adversária. Nem sempre essa jogada decorre de ensaio, podendo ser fruto da capacidade de leitura de jogo e de improviso de atletas. Nesse sentido, o artigo compara os governos Carlos Menem (1989-1999), peronista classificado como populista neoliberal², e Mauricio Macri (2015-2019), neoliberal³ que se tornou a principal liderança da oposição nacional ao peronismo. A ilustração pode parecer equivocada ao se referir a políticos de partidos adversários, mas o desenrolar do texto esclarecerá a suposta imprecisão.

¹ Artigo derivado do *paper* “Interesses organizados do futebol e a agenda do Estado argentino nos governos Menem e Macri” apresentado no 4º Simpósio Internacional de Estudos sobre o Futebol (2022).

² FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019, p. 224.

³ FAIR, Hernán. “Fantasías, mitos y creencias ideológicas em los tiempos de Macri”. **InterSedes – Revista Electrónica de las regionales de la Universidad de Costa Rica**, v. XXII, n.45, p. 220-262, DOI: 10.15517/isucr.v22i45.47066, jan.-jul. 2021.

Uma proposta de política comparada gera a expectativa de que as unidades analisadas sejam países. Entretanto, comparar instituições, regiões ou períodos diferentes de um país é viável desde que o pesquisador tenha clareza dos objetivos⁴: a comparação entre governos argentinos não subsidia teorias gerais sobre a relação entre futebol, política, Estado e neoliberalismo. Projetei identificar como esse ideário estruturou as ações de governos de diferentes partidos sobre o futebol e compreender a articulação entre agentes e entidades do esporte, face à inexistência de uma bancada parlamentar organizada para defesa de interesses. Para isso, a base teórica é o neoinstitucionalismo histórico e a ferramenta analítica é o *Comparative Process Tracing* (CPT)⁵.

Diversas publicações demonstram as interações entre o futebol, a política e o Estado argentino⁶. Alguns desses trabalhos indicam como o futebol mobiliza práticas políticas e é presença constante na agenda do Estado argentino em diversos governos, de diferentes partidos e orientações ideológicas.

Pablo Alabarces⁷ organiza a história e o desenvolvimento do futebol na Argentina em quatro períodos: (1) fundação do estilo *criollo* (anos 1920); (2) Peronismo; (3) ciclo heroico de Maradona; (4) Contemporaneidade. Neste artigo, as unidades de análise (Governos Menem e Macri) se situam a partir do final ciclo heroico de Maradona. Antes, para situar o objeto e o período analisado, destacamos alguns fatos políticos.

⁴ BOLOGNESI, Bruno. “O que é e para que serve? Prós e contra do método comparado em Ciência Política”. In: Perissinotto, Renato et al (orgs.). **Política comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2022, p. 19-42.

⁵ BENGTTSSON, Bo e RUONAVAARA, Hannu. “Comparative Process Tracing: Making Historical Comparison Structured and Focused”. **Philosophy of the Social Sciences - POS**, [S.l.], v. 41, n. 1, 2017.

⁶ LEVITA, Gabriel. “Lleguar a la Cámara de Diputados de Argentina ‘desde afuera’: recursos, inversiones y marginalidades”. **Revista de Sociología e Política**, v.27, n.71, e001, 2019; MOREIRA, Verónica. “Fútbol, violencia y política: redes de relaciones en Argentina”. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 36, n. 1, p. 65-76, jan-jun.2013a; MOREIRA, Verónica. “Participación, Poder y Política en el Fútbol Argentino”. **Nueva Sociedad – NUSO**, n. 248, Buenos Aires, p. 52-63, nov.-dez. 2013b; NASCIMENTO, Jefferson F. **A institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada: o caso do futebol (1930-2020)**. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

⁷ ALABARCES, Pablo. Cidadania e narrativas nacionais do futebol argentino contemporâneo. **Eco-Pós**, v. 5, n.1, p. 27-36, 2002.

A *Unión Cívica Radical* (UCR) enfrentou os governos oligárquicos de *El Orden Conservador* (1880-1916)⁸ desde 1916, apoiada pelas classes médias. Com apoio das classes trabalhadoras o peronismo superou os *radicais* (adeptos da UCR e dissidências) como principal oposição aos setores oligárquicos na eleição de Juan Domingo Perón em 1946. Este deu forma ao populismo moderno⁹ estruturando a política argentina em peronistas *versus* antiperonistas. O incômodo das classes dominantes causou a proscricção dos peronistas entre 1955 e 1973, quando a UCR e suas dissidências (*radicales intransigentes* e *radicales del Pueblo*) e governos militares frutos de golpes governaram.

Em 1973, Perón foi reeleito presidente com a vice Isabelita Perón, sua então esposa. Com a morte de Juan, Isabelita assumiu a presidência em 1974 e foi deposta pelo golpe que estabeleceu a ditadura das *Juntas Militares* (1976-1983), cujo principal líder foi o tenente general Jorge Rafael Videla. Essa ditadura terminou com inflação de 433,7% ao ano e dívida elevada e crescente.¹⁰ O retorno à democracia ocorreu com a eleição de Raúl Alfonsín (UCR), vencendo os peronistas do *Partido Justicialista* (PJ). Desde então, foi aprovada *La Reforma de la Constitución de la Nación Argentina de 1994* (CN94) reinstituindo a eleição direta para presidente; a UCR perdeu força no cenário nacional enquanto o peronismo recuperou competitividade; a *Propuesta Republicana* (PRO)¹¹, de Macri, surgiu como nova força eleitoral nacional e tornou-se a principal oposição ao peronismo, sem retórica e elementos culturais e estéticos antiperonistas, recorrendo a figuras do esporte, comédia, moda e outras manifestações para se tornar competitiva.

⁸ BOTANA, Natalio. *El Orden Conservador* (Digitalização da Edição de 1977 – Biblioteca Argentina de História e Política, *Proyecto Scriptorium Ex-Libris*). Epublibre, 2019, E-book.

⁹ FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019, p.134-135.

¹⁰ RAPOPORT, Mario. *Historia Económica, Política y Social de la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003, p. 860.

¹¹ VOMMARO, Gabriel. “Meterse en política”: a construcción de PRO y la renovación de la centroderecha argentina. *Nueva Sociedad – NUSO*, n. 254, Buenos Aires, p. 57-72, nov.-dez. 2014; VOMMARO, Gabriel. De la construcción partidaria al gobierno: PRO-Cambiamos y los límites del “giro a la derecha” en Argentina. *Colombia Internacional*, n. 99, p. 91-120. DOI: 10.7440/colombiaint99.2019.04, 2019; ECHT, Leandro. Fundación Pensar y PRO en Argentina: ¿asesoramiento basado en evidencia o apoyo político-partidaria? *International Network for Government Science Advice – INGSA*, 12 jan. 2021. Disponível em: <<https://ingsa.org/ingsa-news/echt-lac2020/>>. Acesso em 15 abr. 2022.

A seção subsequente apresenta os pressupostos teórico-metodológicos. A seguinte descreve uma breve história das relações entre futebol, política e Estado na Argentina. A antepenúltima analisa a temática durante o governo Menem e a penúltima faz esse exercício no governo Macri. Encerro com as considerações finais.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

Começo a seção lembrando que a comparação histórica em Ciência Política não se confunde com o ofício dos historiadores: o conhecimento histórico é um recurso para “[...] explicação porque se entende que o *contexto* em que os fenômenos ocorrem, a *sequência temporal* em que eles se dão e o *timing* dos acontecimentos são fundamentais para entender plenamente o resultado”¹². Cumpro responder: qual o sentido de inscrever no âmbito da política comparada um artigo que trata de governos de um mesmo país? Para tal, mobilizo o professor Bruno Bolognesi:

[...] cientistas políticos podem comparar de formas bastantes diferentes [...] As comparações podem ocorrer geograficamente, temporalmente, entre países, entre regiões, entre organizações ou entre grupos de interesse, além de outras possibilidades. Se você está interessado em saber, por exemplo, quais são os determinantes do comportamento eleitoral em diferentes grupos religiosos, então não é necessário recorrer a comparações entre países.¹³

Comparações em um mesmo país possuem baixa capacidade de generalização, mas as conclusões obtidas podem servir de pontos-de-partida para estudos sobre outros países e para pesquisas *cross-national*.

A institucionalização do futebol (dos interesses do futebol) na agenda do Estado argentino é um processo estável, de longa duração com potencial de influenciar os desdobramentos mais recentes, gerando custos e oportunidades aos envolvidos.¹⁴ Por isso, fundamento o artigo no neoinstitucionalismo histórico. Neste artigo, instituições

¹² PERISSINOTTO, Renato. Comparação histórica e *process tracing*. In: Perissinotto, Renato et al (orgs.). **Política comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2022, p. 143, *grifos do autor*.

¹³ BOLOGNESI, Bruno. “O que é e para que serve? Prós e contra do método comparado em Ciência Política”. In: Perissinotto, Renato et al (orgs.). **Política comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2022, p. 29.

¹⁴ NASCIMENTO, Jefferson F. **A institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada: o caso do futebol (1930-2020)**. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

são mecanismos compostos por normas e status que estruturam a agência dos atores políticos nas relações, interações e processos estabelecidos.

O futebol é uma instituição política informal na Argentina cuja capacidade das entidades do futebol influenciar nos rumos políticos não se explica por normas escritas, se verifica em resultados formais: legislação, injeção de recursos, influência política nas e das instituições futebolísticas e/ou conversão do capital simbólico construído na atuação no “mundo do futebol” em capital político. Assim, é necessário considerar a ambivalência desse processo que pode se converter em resultados compatíveis com as demandas da sociedade e/ou em instrumento de favorecimento setorial. Trata-se de uma institucionalização informal de acomodação advinda da resposta a contextos institucionais formais e, ao mesmo tempo, gerada no interior de arranjos institucionais formais pela aliança de interesses políticos e do “mundo do futebol” para obtenção de vantagens competitivas. A informalidade é estratégica: em políticas com apoio popular a comunicação busca promover a iniciativa e os agentes envolvidos, sem vincular publicamente a ação a algo seguro e esperado na agenda do Estado; quando se trata de medidas impopulares a informalidade fornece meios para dificultar o *accountability*.

Utilizei a *definição fraca* de *path dependence*¹⁵, admitindo a contingência e rejeitando uma concepção determinística de dependência de trajetória ao considerar a capacidade de agência e as mudanças internas no processo de institucionalização. Assim, as crenças utilizadas para o cálculo racional são moldadas pelo contexto e a capacidade de agência dos atores é estruturada ao longo do processo por elementos do contexto inicial que provocam reações e contrarreações, reforçando o evento inicial, permitindo a transformação e possibilitando sua reversão.¹⁶

A ferramenta analítica é o *comparative process tracing* (CPT) advindo do rastreamento de processo (*process tracing*) orientado para “[...] identificar um processo causal interveniente entre variáveis independentes e resultados na variável dependente”¹⁷. A forma comparativa é “[...] baseada em *path dependence*, conjunturas

¹⁵ BENGTTSSON, Bo e RUONAVAARA, Hannu. “Comparative Process Tracing: Making Historical Comparison Structured and Focused”. *Philosophy of the Social Sciences - POS*, [S.l.], v. 41, n. 1, 2017.

¹⁶ PAGE, Scott. Path Dependence. *Quarterly Journal of Political Science*, v.1, n.1, p. 87-115, 2006.

¹⁷ GEORGE, Alexander e BENETT, Andrew. *Case studies and theory development in the social sciences*. Cambridge/London: MIT Press, 2005, p. 240, tradução minha.

críticas e pontos focais políticos¹⁸, mecanismos sociais, periodização e análises contrafactuais, é útil para a análise comparativa de todos os tipos de processos relacionados a atores políticos”¹⁹. A utilização do CPT ocorre em duas etapas. A primeira operação ocorre dentro de cada caso visando identificar as características básicas. A segunda operação é a análise entre os casos comparando os modelos de periodizações e os mecanismos causais.

3 Breve história da relação entre futebol, política e Estado na Argentina

Para detalhes do processo de institucionalização política do futebol na Argentina indico o *Quadro 1* no Apêndice. Destaco agora as mudanças a partir da abertura democrática, iniciada com a restauração do sistema multipartidário. As forças políticas protagonistas das disputas pré-Ditadura das *Juntas* (1976-83) – UCR e PJ – se reorganizaram e voltaram a estruturar as competições partidárias. Nos anos 1980 o peronismo viveu a sua crise. Enquanto a UCR passou por uma crise iniciada nos anos 1990. Nos anos 2000 surgiu o PRO que se projetou como maior oposição ao peronismo, atraindo lideranças da UCR em algumas *provincias* e apoio de peronistas *antikirchneristas*. O federalismo argentino conta com diversos sistemas partidários: um estruturado nacionalmente e os sistemas provinciais com regras próprias. O pacto federativo deu às *provincias* a prerrogativa do gasto dos repasses federais sem grande fiscalização e os municípios não são unidades federativas, dependendo do governo provincial. O modelo de lista fechada amplia protagonismo das lideranças partidárias provinciais, indispensáveis para a disciplina partidária. O Legislativo se estrutura em torno das múltiplas capacidades do Executivo, obrigando a oposição se articular para formar um bloco coeso. Assim, apenas os *dipusindicales* possuem atuação consolidada há mais tempo como bancada setorial – os parlamentares ruralistas começaram essa articulação em 2008. A falta de canais institucionais legítimos para a articulação dos

¹⁸ Pontos focais são momentos de decisões que evidenciam as restrições impostas pelas instituições dominantes e podem “demonstrar, manifestar e consolidar a dependência da trajetória” (BENGTSSON e RUONAVAARA, *op cit.*, p. 9, tradução minha).

¹⁹ BENGTSSON, Bo e RUONAVAARA, Hannu. “Comparative Process Tracing: Making Historical Comparison Structured and Focused”. *Philosophy of the Social Sciences - POS*, [S.l.], v. 41, n. 1, 2017, p. 4, tradução minha.

grupos de interesses tornou o Executivo o *locus* para ação desses grupos visando o *input* de demandas no sistema político. Na Ditadura das *Juntas*, os militares desarticularam entidades representativas. Além disso, a CN94 instituiu o Chefe de Gabinete de Ministros e, segundo De Luca, apesar dos argumentos de que isso ajudaria a desconcentrar o poder, o resultado foi um novo mecanismo de controle à disposição do presidente.²⁰

Nos anos 1970 ocorre intensa mercadorização e desnacionalização do futebol, sobretudo a partir da gestão João Havelange na Federação Internacional de Futebol – FIFA. Esse contexto impactou o futebol da Argentina e, nos anos 1990, essa mercadorização se articulou com o sentido neoliberal da política. Desse modo, os interesses organizados do futebol permaneceram na agenda do Estado com a atuação estatal criando condições para o gerenciamento privado, abertura para investidores estrangeiros (marcas esportivas, patrocinadores etc.) e para agentes de jogadores, favorecendo o êxodo de atletas.²¹

²⁰ CASULLO, María Esperanza. Argentina: del bipartidismo a la “democracia peronista”. **Nuso – Nueva Sociedad**, n. 258, Coyuntura, p. 16-28, jul.-ago. 2015; DE LUCA, Miguel. Del príncipe y sus secretarios. Cinco apuntes sobre gabinetes presidenciales en la Argentina reciente. In: MALAMUD, Andres e DE LUCA, Miguel. **La política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires, Eudeba, 2012, p. 37-48; DI TELLA, Torcuato. **Historia de los partidos políticos en América Latina, siglo XX**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993; DONATELLO, Luis. Elites económicas e elites políticas frente a democracia: as fontes da debilidade institucional argentina em comparação com o Brasil. In: Boschi, Renato e Bustelo, Santiago. **Brasil e Argentina: políticas e trajetórias de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 147-166; LEVITSKY, Steven. Crisis, adaptación partidaria y estabilidad del régimen en la Argentina: el caso del peronismo, 1989-1995. **Revista de ciencias sociales**, n.6, p. 85-131, 1997. Disponível em <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/1450>>. Acesso em 10 jan de 2022; MAURO, Sebastián. Coaliciones electorales y nuevos partidos en Argentina: el caso de Propuesta Republicana. **Convergencia**, v. 27, e12116, DOI: 10.29101/crcs.v27i0.12116, 2020; MUSTAPIC, Ana. Oficialistas y Diputados: las relaciones Ejecutivo-Legislativo en la Argentina. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 39, n. 156, p. 571-595, 2000; RAPOPORT, Mario. **Historia Económica, Política y Social de la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003; EATON, Kent. Menem and the Governors: Intergovernmental Relations in the 1990s. In: LEVITSKY, Steven e MURILLO, María Victoria. (Ed.): **Argentine Democracy: the Politics of Institutional Weakness**. Pennsylvania State University Press, 2005. p. 88-114; TULA, María Inés e DE LUCA, Miguel. Reglas electorales y dinámicas políticas en la selección de candidatos. Cambios y continuidades de Afonsín a los Kirchner. In: MALAMUD, Andres e DE LUCA, Miguel. **La política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires, Eudeba, 2012. p.73-84.

²¹ NICOLAU NETTO, Michel e CAVALCANTE, Sávio. Futebol e Capitalismo Global: mercadorização do esporte e a formação de uma cultura neoliberal. In: Giglio, Sérgio Settani e Proni, Marcelo Weishaupt (orgs.). **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 232-254; NASCIMENTO, Jefferson F. **A institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada: o caso do futebol (1930-2020)**. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

Na Argentina o enraizamento social dos clubes produz efeitos políticos. Como demonstrou Verónica Moreira, as *barras bravas* são utilizadas na mobilização do eleitorado; a projeção política gerada pelos clubes, sobretudo os maiores que estão nas proximidades de Buenos Aires, oportunizou aos partidos uma fonte de recrutamento de quadros; ao mesmo tempo, a presença nos clubes é uma estratégia para atores políticos fortalecerem seu capital. Apesar da *Asociación del Fútbol Argentino* (AFA) ter sido influenciada sob Perón e nas ditaduras, a relativa autonomia dos clubes limitou a imposição desses governos e garantiu a capacidade de recomposição e articulação para defesa dos interesses organizados do futebol durante o período democrático.²²

4 Menem driblou a incongruência entre peronismo e neoliberalização (1989-1999)

A vitória de Raúl Alfonsín (UCR), em 1983, mesmo comprometido com os direitos humanos e com a subordinação das Forças Armadas ao poder civil, facilitou a transição democrática porque a UCR ameaçava menos os militares e setores da classe dominante que os peronistas. Porém, a crise econômica e política favoreceu a vitória e a posse de Carlos Menem (PJ) em julho de 1989.²³

Menem nomeou para Ministro da Economia Miguel Angel Roig, executivo da multinacional Bunge & Born (BB). Roig faleceu dias depois, mas havia nomeado Javier González Fraga para o Banco Central (BC) e apresentado seu plano econômico (conhecido como “Plan BB”): fixar o valor do dólar, dar autonomia ao BC, refinanciar a dívida interna, emitir linha de crédito barata e dar um choque produtivo (privatização, prioridade às exportações e flexibilização para atrair investimento estrangeiro). O sucessor Néstor Rapanelli, vice-presidente da BB, deu continuidade ao plano que gerou uma nova onda de hiperinflação, levando-o à renúncia em dezembro de 1989.

²² MOREIRA, Verónica. “Fútbol, violencia y política: redes de relaciones en Argentina”. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 36, n. 1, p. 65-76, jan-jun.2013a; MOREIRA, Verónica. “Participación, Poder y Política en el Fútbol Argentino”. **Nueva Sociedad – NUSO**, n. 248, Buenos Aires, p. 52-63, nov.-dez. 2013b; NASCIMENTO, Jefferson F. **A institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada: o caso do futebol (1930-2020)**. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

²³ DI TELLA, Torcuato. **Historia de los partidos políticos en América Latina, siglo XX**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 317.

O sucessor foi Antonio Erman González que implementou o *Plan Bonex* (Bonos Externos) visando reduzir a liquidez dos poupadores, substituindo o recurso efetivo por bônus. O bônus poderia ser negociado no mercado ampliando a demanda por bens e serviços e a compra de dólares para reduzir a inflação. González implementou medidas de redução do Estado, fechando secretárias, diretorias e suspendendo contratações e licitações. O escândalo *Swiftgate* levou à substituição de González por Domingo Cavallo²⁴, que presidiu o Banco Central em 1982 na ditadura. Cavallo permaneceu no ministério de 1991 a 1996. A primeira medida foi a Lei de Convertibilidade que dolarizou a economia argentina, fixando o dólar a um peso, obrigando o Estado a vender a quantidade de divisas solicitadas pelo mercado, proibindo a emissão de moeda para cobrir gastos e indexando os contratos em peso. Como resultado, controle da inflação, aumento real do salário, mas impostos e desemprego aumentaram.²⁵ Em suma, ocorreu:

[...] uma onda de privatização de serviços públicos entregues em quase todos os casos a capitais privados transnacionais ou estatais europeus. Essa política transformou a estrutura econômica argentina para colocá-la, junto com a brasileira, como a mais *desnacionalizada* do planeta.²⁶

O governo implementou a Modalidade Gerencial do Estado baseada em ferramentas inspiradas na gestão privada balizadas pela lógica custo/benefício, valorização de “esferas mercantilizadas da economia e da sociedade”, parâmetros de eficiência medidos pelos “critérios de rentabilidade” inclusive nas áreas sociais, substituição de políticas públicas universalistas por focalizadas com o mercado regulando parte importante da dinâmica social, conforme o “[...] princípio da subsidiariedade do Estado (teorizado extensivamente pelos organismos de créditos multilaterais)”.²⁷

²⁴ A nomeação de Cavallo para presidente do Banco Central pelos militares (1982), ministro da Economia de Menem (1991) e do *radical* De la Rúa (2001) foram vitórias da *Fundación Mediterránea*, uma *think tank* neoliberal sediada em Córdoba e fundada em 1977 (Ver: GAMBINA, Julio. La Fundación Mediterránea: burguesía industrial y asociaciones corporativas: pasado y presente. **Estudios – Centro de Estudios Avanzados (Universidad Nacional de Córdoba)**, Córdoba, n.24, p. 91-102, dez. 2010).

²⁵ RAPOPORT, Mario. **Historia Económica, Política y Social de la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003.

²⁶ GIL, Gastón. La modernización imaginada del fútbol argentino: entre club y la empresa. **Civitas**, v.3, n.2, jul-dez 2003, p. 340, tradução minha, *grifo meu*.

²⁷ CAO, Horacio e RUBINS, Roxana. Administración nacional y administraciones provinciales: similitudes y diferencias. In: Calvo, Ernesto e Abal Medina, Juan Manuel. (eds.). **El Federalismo Electoral Argentino: Sobre representación, Reforma Política y Gobierno Dividido en la Argentina**.

A gestão Menem reduziu a atuação estatal no esporte visando minorar gastos e superar a suposta ineficiência da burocracia estatal. A Secretaria de Esportes foi vinculada à Presidência e dividiu a política esportiva em: esporte social e esporte de alto rendimento. No alto rendimento, priorizou o Pan-Americano de Mar Del Plata (1995)²⁸ e a contratação de treinadores estrangeiros para desenvolver diversas modalidades. Como esporte social, contemplou a “iniciação esportiva”, “esporte e o desenvolvimento econômico” (capacidade de impacto socioeconômico e inclusão social), “esporte e as relações internacionais” (sua função como uma “diplomacia informal”), “esporte e saúde” (cuidado do corpo) e o “espetáculo esportivo” (competições que não se enquadra no alto rendimento, como torneios colegiais, militares etc.). O esporte social foi definido nos moldes da Ley 20.655 (ideal peronista de formação humana pelo esporte), aprovada na gestão Isabelita Perón, ressignificado pelos objetivos comuns ao neoliberalismo, como a Teoria do Capital Humano, e contou com a participação da iniciativa privada por meio da terceirização e da *responsabilidade social empresarial*. A inclusão no sistema educacional foi o primeiro degrau da política esportiva mirando a formação de *recursos* humanos. Logo, a abertura para a iniciativa privada e a redução dos investimentos não podem ser confundidas com o distanciamento entre Estado e política esportiva.²⁹

Menem cogitou *peronizar* a AFA substituindo Julio Grondona, que foi filiado à UCR, por Juan De Stéfano, presidente do Racing. Em 1989, o presidente da FIFA João Havelange teria elogiado Grondona e informado que a intervenção governamental em federações de futebol geraria suspensão do país de competições internacionais. Abortada a ideia, as relações entre governo e AFA se estabilizaram.³⁰ Além disso, o título na Copa de 1986 e o vice-campeonato de 1990 com uma seleção desacreditada e

Buenos Aires: SGP – Secretaría de la Gestión Pública, Jefatura de Gabinete de Ministros, Proyecto de Modernización del Estado, 2007, p. 268, tradução minha.

²⁸ Alterou o concurso lotérico PRODE (*Pronósticos Deportivos*), criado em 1972 para fomentar a atividade esportiva no país, principalmente o futebol, para reservar 7% dos lucros do PRODE para a organização do Pan-Americano. Em 1998, Menem encerrou o concurso lotérico. O concurso foi resgatado nos anos 2000 pelo parlamentar peronista Daniel Scioli e novamente suspenso no governo Macri.

²⁹ LEVORATTI, Alejo. Un estudio sobre política pública deportiva en Argentina: nociones del deporte social en el menemismo y el kirchnerismo. *Movimiento*, v. 22, n. 4, Porto Alegre, p. 1091-1104, out.-dez.2016, p. 1099, tradução minha.

³⁰ CASTILLO, Hernán. **Todo pasa:** fútbol, negocios y política de Videla a los Kirchner. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2012. E-book.

Diego Armando Maradona jogando contundido deram destaque ao futebol em um cenário de:

[...] partidos democráticos cedendo a pressões autoritárias e partidos populistas reciclados como conservadores e antipopulares, descreve[ndo] um contexto de instabilidade e fratura de todas as histórias que explicaram a Argentina no século XX. Maradona, então, poderia ser colocado como a última grande história de duplo sentido: por um lado, como a sobrevivência do velho vínculo entre futebol e nação; e, por outro, como portadora de uma série de marcas de ídolos populares: a origem pobre e a fidelidade a essa origem, o modelo de chegada da pobreza; travessuras, rebeliões, denúncias, perseguições, solidariedade com os seus.³¹

Em 1993 foi aprovada a Ley 24.192 estendendo o enquadramento penal e contravencional da Ley 23.184 para atos em estádios para fatos ocorridos em qualquer local relacionado ao evento esportivo (áreas públicas próximas ou trajetos).³² Pautada pela lógica da segurança do espetáculo como obrigação dos organizadores, a lei retirou o dispositivo que eximia as entidades esportivas em caso de “culpa da vítima” (Ley 23.184). Assim, o resultado (existência de vítima da violência) torna a aplicação da lei objetiva.

Essa lei respondia à comoção pela morte de Saturnino Cabrera, de 37 anos, em dezembro de 1990. Cabrera se protegia de uma briga entre as torcidas de Boca Juniors e San Lorenzo em *La Bombonera*. A barra do Boca pretendia recuperar uma bandeira roubada pelos rivais. A vítima não pertencia a nenhuma barra, estava na área ocupada por sócios do Boca Juniors no piso inferior e foi atingido por um tubo de ferro atirado por visitantes. O jogo foi interrompido e o confronto continuou fora do estádio, 34 pessoas foram detidas e feridos deram entrada em hospitais. Apenas uma pessoa foi condenada. O Ministro do Interior Julio Mera Figueroa e o Secretário de Esportes Fernando Galmarini expressaram o objetivo de “[...] acabar com as *barras bravas*,

³¹ ALABARCES, Pablo. Maradona, el fútbol, la Patria, el peronismo y otros gremios paralelos: un heroe en disponibilidad. **Encrucijadas**, n.33, 2005. Universidad de Buenos Aires, p. [s/n], *online*. Disponível em: <<http://repositorioubi.sisbi.uba.ar>>. Acesso em 14 fev. 2020, *online*, tradução minha.

³² O primeiro artigo define: “O presente capítulo se aplicará aos fatos previstos nele, quando for cometido por motivo ou ocasião de um evento desportivo, seja na área de circulação ao público em que se realiza ou nas suas imediações antes, durante ou depois do mesmo.” (ARGENTINA. **Ley 24.192**. Modificación de la Ley nº 23.184. Sancionada: Marzo 3 de 1993. Promulgada de hecho: Marzo 23 de 1993. Boletín Oficial de La República Argentina. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7133974/19930326?busqueda=1>>. Acesso em 22 mar. 2022, tradução minha).

acabar com os violentos, acabar com a impossibilidade de as famílias frequentarem os estádios de futebol”³³.

A Ley 24.192 não veio acompanhada de medidas preventivas efetivas, de contrapartida dos poderes públicos e das entidades envolvidas e as falas das autoridades evidenciam a delimitação de um inimigo público (as *barras bravas*) que afugentaria as famílias dos estádios.

A violência no futebol – não só nos estádios – continuou notícia. Em resposta, o Decreto 1.466 de 1997³⁴ criou o Regime de Segurança no Futebol, o Comitê de Segurança no Futebol e o Conselho Nacional para a prevenção da Violência e Segurança no Futebol. O Regime de Segurança prevê sistema de câmeras e circuito fechado de TV, sistema de áudio, comunicação com a Polícia, sinalização e iluminação adequada em estádios com capacidade acima de 25 mil pessoas. O comitê é responsável pela execução do Regime de Segurança e é composto por um membro da Polícia Federal, um representante da Secretaria Nacional de Esportes, um representante do Governo Autônomo de Buenos Aires, um representante da Secretaria de Segurança Interior e um representante convidado da AFA. O decreto criou o conselho com representantes dos órgãos participantes do comitê, membros da Secretaria de Prevenção da Drogadição e Luta contra o Narcotráfico, do Comitê Olímpico Argentino e seis representantes eleitos oriundos da Procuradoria Geral e de diversas entidades de classe (jornalistas, árbitros, técnicos de futebol, de jogadores, de direito desportivo). O conselho deveria assessorar o comitê, compilar dados sobre a violência, orientar e recomendar medidas para organização dos eventos esportivos, formular e divulgar ações de prevenção. Por fim, prevê a interdição temporária e definitiva dos estádios não adequados ao Regime de Segurança, sendo a liberação apenas após o cumprimento de todas as condições que culminaram na interdição. Caberia ao Conselho realizar

³³ GEDDES, Diego. “Saturnino se murió”: el trágico final de un hincha de Boca en los años salvajes del fútbol argentino. **A24 / Ovación**, 14 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.a24.com/ovacion/saturnino-se-murio-el-tragico-final-un-hincha-boca-los-anos-salvajes-del-futbol-argentino-n885442>>. Acesso em 22 mar. 2022, tradução minha.

³⁴ ARGENTINA. Ministério del Interior. **Decreto 1.466**. Bs. As., 30/12/1997. Boletín Oficial de La República Argentina. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7174088/19980106?busqueda=1>>. Acesso em 23.mar.2022.

campanhas de prevenção. Entretanto, a interdição do diálogo com as *barras bravas* e a ausência de ações preventivas fora dos estádios limitaram o alcance das medidas. Não é possível descolar essas ações do contexto:

O que está a acontecer na atual fase do capitalismo globalizado – a globalização neoliberal – todos sabem: desemprego estrutural, radicalização da pobreza e da exclusão social (ademais *do aumento da complexidade dos problemas sociais*). E é precisamente porque, em parte, os produz, e porque este tem sido o preço da extensão do capital e do mercado sem fronteiras, que não pode resolvê-los [...] E é justamente neste vazio de respostas que se deve compreender o agigantamento da resposta penal [...].³⁵

A postura em relação ao futebol fomentou a mercadorização com sentido neoliberal sem retirá-lo da agenda estatal. Menem negociou com o dirigente Roberto Cruz para Maradona iniciar a carreira como técnico no pequeno *Deportivo Mandiyú*, de Corrientes. No auge da crise e das greves, em 1999, Menem intermediou junto ao presidente da AFA uma solução para o *Racing Club*, ameaçado de extinção.³⁶

Mais que empenho pessoal, era uma agenda neoliberal encabeçada pelo governo Menem que afetou os clubes de futebol com destaque para o *gerenciamiento*³⁷. Ou seja, a terceirização da gestão do futebol profissional para uma empresa em troca de dinheiro ou liquidação das dívidas, essa empresa cuida do futebol profissional e o clube e seus associados ficam com as outras modalidades, e/ou com a parte social.

Em algumas ocasiões, a empresa paga ao clube o direito de comercializar o futebol profissional e em troca fica com parte de seu patrimônio (o grupo *Excell* com Quilmes durante 2000-2001), em outras o clube lhe dá o controle absoluto do futebol profissional (mesmo com uma mudança de cidade para os jogos em casa) para um grupo de investimento que enriquece o elenco (Argentinos Juniors a *Torneos y Competencias* em 1995) e outra possibilidade é que a sociedade empresária assuma a gestão completa da instituição (*Albiceleste SA* com o falido *Racing Club*). Existem muitas outras opções [...] mas nenhuma (nem as anteriores) se estabilizou como modelo a seguir.³⁸

³⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência** na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 24, *grifos nossos*.

³⁶ Cruz, amigo de Menem e ex-candidato em La Matanza, tentou implementar no Mandiyú um projeto de gerenciamento, mas não foi bem-sucedido. Cruz trabalhou para *Torneos y Competencias –TyC* na gestão do Argentinos Juniors. Em 1999, Maradona se ofereceu para ser vice de Menem (Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Maradona se oferece para ser vice de Menem. **Folha de S. Paulo**, 04 dez. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0412200107.htm>>. Acesso em 21 dez. 2021). Sobre Menem e Racing, ver VICENTE, Néstor. **Puntapie Inicial: hacia política deportiva**. Buenos Aires: Galerna, 2000.

³⁷ Antes, a magnata do setor de cimentos Amalita Fortabat investiu no Club Social y Deportivo Loma Negra. A rápida experiência levou o clube à primeira divisão em 1982. Em 1989, a Excellens S/A assumiu o *Defensa y Justicia*. Nos anos 1990, a AFA aprovou o “Plano de Recuperação Mediante Investimentos Privados no Futebol Profissional”, regulamentando a entrada de capital privado.

³⁸ GIL, Gastón. La modernización imaginada del fútbol argentino: entre club y la empresa. **Civitas**, v.3, n.2, jul-dez 2003. p. 341, tradução minha.

Grondona era contrário, mas não barrou a alternativa. Seu aliado, José Luiz Meiszner adotou o *gerenciamiento* no *Quilmes* e outros clubes fizeram o mesmo. Porém, consta que Mauricio Macri teria levado à AFA um projeto para criação de outro modelo de clube-empresa, a *Sociedade Anónima Deportiva* (SAD)³⁹, em 1998. Grondona não vetou a apresentação para a assembleia com participação de 80 clubes de todas as divisões, realizada em 1999, mas era contrário e obteve apoio da maioria: dos 40 votantes, o projeto teve apenas um voto favorável.⁴⁰

A exaltação do setor privado foi adaptada para o futebol cujo modelo tradicional de associados para a manutenção dos clubes era visto como sinônimo de atraso frente ao modelo empresarial e privado comum no futebol europeu. Essas práticas neoliberalizantes atingiram inclusive clubes que não se tornaram empresa. A figura do dirigente esportivo tradicional (dirigente caudilho) passou a ser mal vista.

Isso abriu espaço para cristalizar a figura dos novos empreendedores, encarnados em personagens como *Mauricio Macri* e Fernando Marín. Macri é presidente do Boca Juniors e filho de um dos empresários mais famosos da Argentina, membro de "*la patria contratista*", ou seja, o empresariado dedicado a fazer negócios com o Estado (especialmente por meio de licitações ou concessões diretas). Marín é o proeminente chefe da Blanquiceleste Sociedad Anónima, que ficou com o controle absoluto do Racing Club após a falência da entidade, em meio a uma transferência realizada pela justiça, sobre a qual pesam graves denúncias de irregularidades. Esses dois personagens aparecem como campeões da modernização como uma nova geração de empresários dispostos a reformular a relação entre o clube e seus associados. Esses personagens postulam uma relação empresa-cliente, disposta a conquistar novos mercados e maximizar lucros.⁴¹

A entrada dos patrocinadores, o fortalecimento das emissoras de TV e a crise da identidade nacional aproximaram os torcedores dos clubes, não só locais, em detrimento

³⁹ Macri levou o projeto para a gestão do presidente Fernando De la Rúa, em 2001, por meio do Ministro da Economia Domingo Cavallo e da Ministra do Trabalho Patricia Bullrich. O então senador José Yayo Carbonell apresentou a proposta em 2002. Por fim, Macri defendeu o modelo na presidência, mas o projeto não vingou por nenhuma via (DIPUTADOS BONAERENSES. La prehistoria de la SAD: el proyecto que Macri presentó en 2001 para "transparentar el fútbol". **Diputados Bonaerenses**, 17 fev. 2018. Disponível em:

<https://diputadosbsas.com.ar/la_prehistoria_de_la_sad_el_proyecto_que_macri_presento_en_el_2001_para_transparentar_el_futbol/>. Acesso em 14 mar. 2022.).

⁴⁰ CASTILLO, Hernán. **Todo pasa:** fútbol, negocios y política de Videla a los Kirchner. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2012.

⁴¹ GIL, Gastón. La modernización imaginada del fútbol argentino: entre club y la empresa. **Civitas**, v.3, n.2, jul-dez 2003. p. 345-346, tradução minha.

da seleção nacional.⁴² Em todos os centros importantes do futebol, a negociação dos direitos de transmissões significou aumento de dinheiro aos clubes e federações e mais influência das empresas de comunicação sobre a definição dos calendários de competições nacionais e internacionais.

Na Argentina, a *Torneos y Competencias (TyC)* foi detentora dos direitos televisivos do futebol, associada ao grupo *Clarín* – principal grupo de comunicação do país.⁴³ Tal como a Rede Globo no Brasil e diferente da maioria dos maiores centros futebolísticos, o consórcio *TyC/Clarín* era nacional representando “[...] as características do empresariado dominante no país: subsidiado e monopolista”.⁴⁴

O *Clarín* começou a crescer nos anos 1970 beneficiado pela Ditadura das *Juntas* (1976-1983). A *Ley de Radiodifusión* (Ley 22.285 de 1977) impedia a concentração econômica dos meios de comunicação, mas fortaleceu grupos com perfis ideológicos próximos ao regime, como *Clarín*, *La Razón* e *La Nación*. Porém, o maior impulso para o desenvolvimento do *Clarín* foi dado pelo Governo Menem: a derrubada das restrições para concentração econômica nos meios de comunicação com a Reforma do Estado (Ley 23.696 de 1989) e o tratado econômico com os Estados Unidos (Ley 24.124 de 1992). Entre 1989 e 1995 foram privatizados os canais de televisão 11 e 13 (este foi comprado pelo *Clarín*) e as rádios Belgrano e Excelsior. Além disso, o Decreto 1.005/99 modificou o artigo 43 da Ley 22.285, autorizando até 24 licenças para uma mesma pessoa física ou jurídica em localidades diferentes, permitindo acumular em uma mesma localidade uma licença de televisão, uma de radiodifusão e uma de serviços complementares. O *Clarín* passou a contar com jornal impresso e online, o Canal 13, canais de TV a cabo e emissoras de rádios retransmitidas em todo o país.⁴⁵

⁴² ALABARCES, Pablo. Cidadania e narrativas nacionais do futebol argentino contemporâneo. *Eco-Pós*, v. 5, n.1, p. 27-36, 2002.

⁴³ A *TyC* participou da gestão do clube de futebol Argentinos Juniors em 1995 quando já detinha os direitos de transmissão junto ao *Clarín*. O consórcio deteve tais direitos de 1991 até o *Fútbol para Todos* em 2009. Os jogos eram transmitidos na rede de emissoras a cabo *TV Satelital Codificada (TSC)*, em TV aberta pelo Canal 13 e no canal por assinatura *TyC Sports* na modalidade pay-per-view.

⁴⁴ GIL, Gastón. La modernización imaginada del fútbol argentino: entre club y la empresa. *Civitas*, v.3, n.2, jul-dez 2003, p. 343, tradução minha.

⁴⁵ RAUSCHENBERG, Nicholas. La Ley de Medios de Comunicación en Argentina: del debate público ao ocaso macrista. In: Silva, Dilma de Melo et al (orgs.). *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.

A *TyC*, criada nos anos 1980, começou com um programa sobre golfe e produzindo e exibindo séries sobre diversos esportes, cresceu a partir da parceria com o *Clarín* e, com a liberação para a propriedade de empresas de meios de comunicação na Argentina pelo capital transnacional a partir da CN94, recebeu:

[...] investimento estrangeiro, nesse caso norte-americano, através da venda de uma parte importante do pacote de ações à *TCI*, agora pertencente à *AT&T* e obter condições favoráveis para continuar a sua atividade com o *Grupo Clarín* e com o então novo oligopólio midiático *CEI-TISA*, formado principalmente pelo *Citibank* e *Telefónica* da Espanha. Ao mesmo tempo, o proprietário original da *TyC*, Carlos Ávila (junto com seu sócio Luis Nofal), conseguiu assumir a *El Gráfico*, a tradicional revista esportiva da Argentina, que constituiu a primeira multimídia esportiva nacional, juntamente com *AM La Red*, uma estação de rádio que na época era quase exclusivamente dedicada ao futebol. Ele também estabeleceu uma parceria com Rupert Murdoch através do canal de esportes a cabo *Fox Sports*.⁴⁶

O sentido geral desse governo foi de neoliberalização ampliando a participação privada no fomento aos esportes e o foco do governo no esporte de alto rendimento. No futebol, a parceria do *Clarín* com a *TyC*, associada à entrada de capital estrangeiro no setor de comunicação, aumentou o dinheiro na aquisição dos direitos de transmissão. No entanto, ocorreu a monopolização das transmissões de futebol e a gradual transferência dos jogos para modalidades pagas de televisionamento. A neoliberalização dos interesses do futebol não significou a retirada desses interesses da agenda estatal; ao contrário, o Estado e os governantes foram atuantes na politização desses interesses visando regulamentar a atuação da iniciativa privada para consolidar o futebol como mercado e como produto. Na próxima seção, discutirei os interesses do futebol na agenda do Estado durante o governo Mauricio Macri.

5 De La Bombonera à Casa Rosada: a hegemonia neoliberal sob Macri (2015-2019)

Mauricio Macri inovou fazendo uma oposição ao peronismo diferente dos antiperonistas clássicos, nomeando ex-peronistas em cargos importantes quando governou Buenos Aires, atraindo o voto de *radicais* e se conectou com elementos populares – desde a presidência do Boca Juniors à presença constante em programas populares na televisão, além de ofertar candidaturas provinciais a comediantes,

⁴⁶ GIL, Gastón. La modernización imaginada del fútbol argentino: entre club y la empresa. *Civitas*, v.3, n.2, jul-dez 2003, p. 344, tradução minha.

esportistas, modelos e ícones da cultura pop. Atraiu também intendentes, *concejales*⁴⁷, membros de segundo e terceiro escalão da UCR, se aliou aos peronistas dissidentes (*antikirchneristas*) em algumas províncias e às lideranças dos protestos de 2008, em reação à modificação nos impostos para as exportações agrícolas.⁴⁸

O PRO virou a principal força opositora ao PJ graças às novas estratégias de marketing político (uso da cor amarela, bailes, música pop, *cumbia*) simbolizando os slogans “Revolução com alegria” e a “Unidade de todos os argentinos”.⁴⁹ A estratégia enfatizava o combate ao *kirchnerismo* qualificado com os termos: populismo, corrupção política, herança negativa, falta de credibilidade das instituições, Estado inchado, falta de crescimento, dívida e irresponsabilidade. Assim exortava os trabalhadores ao sacrifício econômico: suportar os ajustes e as reformas neoliberais para a recuperação econômica e a melhoria de vida em um futuro indeterminado.⁵⁰

O neodesenvolvimentismo *kirchnerista* havia sido limitado pela aposta “[...] no empurrão da demanda” sem enfrentar problemas estruturais, permitindo à burguesia argentina retirar o capital do país e ajustar os preços sem um correspondente investimento.⁵¹ A população passou a sentir os efeitos inflacionários, a desvalorização do peso e os impactos do déficit fiscal, favorecendo a ascensão de Macri e da coalizão *Cambiamos*⁵² utilizando a retórica neoliberal. Por exemplo, a aposta nas vantagens comparativas com um discurso alusivo ao “modelo de reprimarização centrado no agro” resgatando os termos “*Granero del Mundo*” e “*Supermercado del Mundo*”,

⁴⁷ Os intendentes têm o papel aproximado do prefeito e os *concejales* ao do vereador no Brasil, mas os municípios argentinos não são entes federativos autônomos como os brasileiros.

⁴⁸ CASULLO, María Esperanza. Argentina: del bipartidismo a la “democracia peronista”. **Nuso – Nueva Sociedad**, n. 258, Coyuntura, p. 16-28, jul.-ago. 2015; MAURO, Sebastián. Coaliciones electorales y nuevos partidos en Argentina: el caso de Propuesta Republicana. **Convergencia**, v. 27, e12116, DOI: 10.29101/crcs.v27i0.12116, 2020.

⁴⁹ FAIR, Hernán. Fantasías, mitos y creencias ideológicas em los tiempos de Macri. **InterSedes – Revista Electrónica de las regionales de la Universidad de Costa Rica**, v. XXII, n.45, DOI: 10.15517/isucr.v22i45.47066, jan.-jul. 2021, p. 230, tradução minha.

⁵⁰ É um “mito fundante do neoliberalismo” já usado na Argentina por Carlos Menem e Fernando de la Rúa (FAIR, *op cit*, p. 230, tradução minha).

⁵¹ KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. Expressão Popular/ Perseu Abramo, 2016, p. 54.

⁵² Composta pelo PRO, pela UCR liderada por Ernesto Sanz e pela *Coalición Cívica - Afirmación para una República Igualitaria* (CC-ARI) liderada por Elisa Carrió.

consolidados no imaginário argentino desde o fim do século XIX e atualizados pela promessa de devolver o protagonismo regional e mundial.⁵³ Com isso,

[...] Macri procurou justificar a mudança das políticas públicas para um modelo de liberalização e abertura econômica ao capital internacional, enfraquecendo as funções de proteção da indústria nacional e do mercado interno e aplicação de medidas de endividamento externo e ajuste para redução no investimento público em educação, saúde, ciência e tecnologia para o desenvolvimento produtivo e industrial de alto valor agregado.⁵⁴

A campanha *macrista* sustentava que o Estado tolhia a liberdade dos agentes econômicos individuais que produziriam riquezas pelo esforço e mérito próprios. Tal retórica “meritocrática” se articulava com a exaltação dos imigrantes europeus que teriam chegado no século XIX sem recursos e conseguiram a ascensão social.⁵⁵

A campanha também defendeu a lógica antidemocrática de que o Estado deveria ser gerido sem interferência dos embates políticos e dos conflitos sociais. Por isso, Macri assumiu a presidência em dezembro de 2015 com um gabinete formado por executivos de grandes empresas privadas, tal como Menem, visando um modelo de gestão empresarial justificado pelo “desinteresse” econômico de gestores bem-sucedidos comprometidos em implantar critérios técnicos na gestão pública.⁵⁶

Uma das primeiras ações foi demitir Martín Sabatella e Norberto Berner das agências reguladoras dos meios de comunicação, interrompendo mandatos que iriam até 2017.⁵⁷ Em 29 de dezembro sancionou o Decreto 267/2015, modificando a Ley de 26.522 (*Servicios de Comunicación Audiovisual*) e a Ley 27.078 (Argentina Digital) alegando:

[...] o regime de regulação econômica “setorial” pré-existente entra em crise [...] setores anteriormente separados convergem em um único setor, tornando necessário adaptar os marcos regulatórios e unificar as agências reguladoras, como mostra a trajetória institucional dos países líderes do setor [...] nada disso está refletido nas Leis nº 26.522 e 27.078 pois, apesar de constituírem instrumentos regulatórios recentes, não contemplaram elementos fundamentais da realidade atual da indústria dos meios de comunicação e telecomunicações, e distancia o país da fronteira tecnológica do setor, gerando distorções

⁵³ FAIR, Hernán. Fantasías, mitos y creencias ideológicas em los tiempos de Macri. **InterSedes – Revista Electrónica de las regionales de la Universidad de Costa Rica**, v. XXII, n.45, DOI: 10.15517/isucr.v22i45.47066, jan.-jul. 2021, p. 233-235, tradução minha.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 235, tradução minha.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ REBOSSIO, Alejandro. Mauricio Macri decreta fim do controle kirchnerista da mídia Argentina. **El País**, 24 dez. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/23/internacional/1450887728_777766.html>. Acesso em 22 dez. 2021.

na concorrência, custos significativos para o interesse geral e danos aos usuários e consumidores.⁵⁸

O decreto alterou a Ley 26.522: revogou o combate à concentração econômica dos meios de comunicação e, sem estipular quantos e quais eventos esportivos, deu discricionariedade ao Poder Executivo nas medidas regulamentares para garantia das transmissões ao vivo e gratuitas. Esse decreto criou o *Ente Nacional de Comunicaciones* (ENACOM) vinculado ao Ministério das Comunicações, cuja destituição de quaisquer dos membros era permitida ao presidente da República sem justa causa, ao contrário dos mandatos fixos das Autoridades criadas pelas leis anteriores. O ENACOM assumiu as competências da *Autoridad Federal de Servicios de Comunicaciones* e da *Autoridad Federal de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones*.

A reforma tributária de Macri (*impuesto a las ganancias* - Ley 27.430⁵⁹) revogou o financiamento fixo do *Ente Nacional de Alto Rendimiento Deportivo* (ENARD) retirando a garantia de 1% das assinaturas cobradas pelas empresas de telefonia móvel e instituiu o financiamento definido pelo governo federal. O valor de \$900 milhões, fixado para 2018, seria atualizado pela “taxa anual de crescimento dos gastos primários da Administração Nacional incluída em cada projeto de lei de orçamento”⁶⁰. A crítica dos atletas era pública desde a tramitação do projeto:

O artigo 124 do projeto de Reforma Tributária apresentado ao Congresso pelo Poder Executivo põe em risco a natureza, a independência e a própria existência do Ente Nacional de Alto Rendimiento (Enard) [...] Por que propor essa volta ao passado? Quem se beneficia? [...] Não entendemos como se propõe semelhante modificação sem consultar NINGUÉM da comunidade esportiva.⁶¹

⁵⁸ ARGENTINA. **Decreto DNU 267/2015**. Fecha de sanción 29-12-2015. Poder Ejecutivo Nacional (P.E.N.). Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-267-2015-257461/texto>>. Acesso em 22 dez. 2021, tradução minha.

⁵⁹ ARGENTINA. **Ley 27.430**. Impuesto a las ganancias. Infoleg – Información Legislativa. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/305000-309999/305262/norma.htm>>. Acesso em 21 dez. 2021.

⁶⁰ O crescimento dos gastos primários da Administração Nacional tem sido sempre inferior à inflação. Essa taxa caiu de 24 para 18,4% entre 2015 e 2019, enquanto a menor inflação no período foi cerca de 30%, passando de 50% em 2019 (ARGENTINA. Ministerio de Hacienda. **Balance de Gestión, 2015-2019**. Presidencia de la Nación. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/balance_de_gestion_2015-2019_-_hacienda_2.pdf>. Acesso em 23 abr. 2022.).

⁶¹ LEZA, Germán. Los deportistas rechazaron la reforma que quita el financiamiento del Enard y pedirán una reunión con Mauricio Macri. **La Nación**, 17 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/deportes/los-deportistas-rechazaron-la-reforma-que-quita-el-financiamient>>

Inicialmente defensor, o presidente do Comitê Olímpico Argentino – COA Gerardo Werthein reconheceu depois que o financiamento pelas cobranças de assinaturas de telefonia móvel era melhor ao garantir correção anual, no mínimo, pela inflação.

Repetindo Menem, Macri suspendeu o PRODE⁶² – financiamento não oriundo de impostos, tributos, taxas, contribuições etc. Apesar da redução da importância relativa do PRODE para as contas da AFA e dos clubes (maior custo do futebol, novas fontes de receita etc.), a medida suspendeu uma receita auxiliar para o pagamento de dívidas, inclusive fiscais, e ampliou a necessidade de captação de recursos na iniciativa privada.

O Decreto 92/2019 extinguiu o *Ente Nacional de Desarrollo Deportivo* (ENADED), transferiu “*Programa Nacional de Empoderamiento de la Mujer en Deporte*” para a *Agencia de Deporte Nacional*, revogou a garantia de realização dos “*Juegos Nacionales Evita*” e os dispositivos de assessoria e garantia de subsídios econômicos para desenvolver a estrutura esportiva. Com isso, programas e eventos estatais para a promoção e assistência de atividades físicas e esportivas foram suprimidos e os dispositivos para financiamento subsidiário de estruturas em âmbito provincial e municipal retirados. O caráter neoliberal é literal no decreto:

[...] uma das premissas do Governo Nacional é realizar a *utilización racional dos recursos públicos para potencializar uma gestão mais eficiente* [...] o objetivo é fortalecer e *concentrar as políticas destinadas ao desenvolvimento e fomento do esporte através de um*

o-del-enard-y-pediran-una-reunion-con-mauricio-macri-nid2083395/>. Acesso em 21 dez. 2021, tradução minha.

⁶² Macri publicou os Decretos 743/2016 e 138/2017. O primeiro transfere à Cidade Autônoma de Buenos Aires a responsabilidade pela operação e administração das apostas em seu território, retirando o governo federal da gestão. A legislação já reconhecia a competência das províncias para administrar as apostas do PRODE em seus territórios. O segundo determinou que o Ministério do Desenvolvimento Social avaliasse a viabilidade da *Lotería Nacional*, culminando na conclusão de que ela teria permanecido apenas com “atividades residuais” insuficientes para o custeio. Por isso, o Decreto 95/2018 liquidou o órgão, suspendendo o PRODE tal como concebido. Cf. ARGENTINA. **Decreto 743/2016**. Ciudad de Buenos Aires, 02 jun. 2016. Boletín Oficial de La República Argentina. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/146070/20160603?busqueda=1>>. Acesso em 7 fev. 2022; ARGENTINA. **Decreto 138/2017**. Fecha de sanción 02-03-2017. Publicada en 03 mar. 2017. Poder Ejecutivo Nacional (P.E.N.). Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-138-2017-272224>>. Acesso em 7 fev. 2022; ARGENTINA. **Decreto 95/2018**. Ley de Ministerios – Modificación. Buenos Aires, 01 fev. 2018. Boletín Oficial de La República Argentina. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/178382/20180202?busqueda=1>>. Acesso em 7 fev. 2022.

*organismo gestor especializado na matéria [...] se faz necessário criar a AGÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE, como organismo descentralizado e autárquico atuante na órbita da SECRETARIA GERAL da PRESIDÊNCIA DA NAÇÃO, obedecendo a necessidade de auxiliar a eficiência operativa e a agilidade requerida no âmbito esportivo [...] propiciando uma política baseada nos pilares de transparência, desenvolvimento sustentável e sustentado do capital humano.*⁶³

Os grifos destacam termos recorrentes em discursos neoliberais: (1) a utilização *racional* dos recursos só se aplica quando está de acordo com o receituário, isto é, o conceito de “gestão eficiente” frequentemente vem associado à redução de recursos para as funções sociais do Estado e a gestão empresarial das políticas públicas como sinônimo de “boa governança”⁶⁴; (2) apesar da menção à liberdade, o decreto substituiu órgãos com participação da sociedade civil por agências sob jurisdição do Executivo e, portanto, “concentrar as políticas” teve o efeito de reduzir a capacidade dos cidadãos demandarem em favor da “eficiência operativa”; (3) a teoria do capital humano é um dos pilares das teses neoliberais de educação, definindo uma visão instrumental dos indivíduos que, mediante a um investimento estatal *eficiente*, podem incrementar a produtividade e ampliar o potencial de lucro e de crescimento econômico.⁶⁵

Macri era crítico à compra dos direitos de transmissão pela TV pública por meio do *Fútbol para Todos (FpT)*, iniciado na gestão Cristina Kirchner (2007-2015), e encerrou o programa em 2016. Esses direitos foram comprados pela Fox Sports (adquirida pelo Grupo Disney) por 3,2 bilhões de pesos anuais, mais um bônus de 1,2 bilhão de pesos na assinatura do acordo⁶⁶. Porém, a neoliberalização na administração pública não acarretou a retirada do futebol da agenda. Macri, ex-dirigente do Boca Juniors, reagiu ao favoritismo de Hugo Moyano, presidente do Independiente e secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores, para suceder Grondona na presidência da AFA, em 2016. Alegando irregularidades no *FpT*, a *Inspección General*

⁶³ ARGENTINA. **Decreto DNU 92/2019**. Modificación de la ley n° 20.655 y sus modificatorias. Derogase la ley n° 24.052. Derogase los artículos 1°, y 9° al 49 de la ley n° 27.201. Crease la Agencia de Deporte Nacional. Poder Ejecutivo Nacional (P.E.N.). Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-92-2019-319384>>. Acesso em 21 dez. 2021., *grifos meus*, tradução minha.

⁶⁴ DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 276 e 283.

⁶⁵ BECKER, Gary Stanley. **Human Capital**: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education (3rd Edition). The University of Chicago Press, 1994.

⁶⁶ O valor corrigido é inferior ao primeiro contrato do *FpT*, mas é superior ao valor da renovação do programa em 2016.

de *Justicia* – IGJ, vinculada ao Ministério de Justiça e Direitos Humanos, usou do artigo 10 da Ley 22.315 que permite ao governo agir em violação de leis por entidades esportivas e adiou as eleições por 90 dias. A FIFA proíbe intervenção de governos nas federações de futebol podendo gerar a exclusão de clubes e da seleção argentina de competições internacionais. Isso não ocorreu, mas a FIFA designou um comitê de regularização liderado por Damián Dupielllet. Em março de 2017, Claudio Tapia, do Club Atlético Barracas Central da terceira divisão, foi eleito presidente tendo como vice Daniel Angelici, ex-presidente do Boca Juniors e aliado de Macri.⁶⁷

Macri negociou o retorno gradual da torcida visitante aos jogos, mas recuou após os conflitos no jogo entre Boca Juniors e River Plate, válido pela Copa Libertadores da América de 2018. Ali o debate sobre a violência no futebol voltou à pauta impulsionando o populismo penal e o punitivismo, tal como na gestão Menem. O governo enviou para o Congresso o projeto de lei *Régime Penal e Processual para a Prevenção e Repressão de Delitos em Espectáculos Futbolísticos*, conhecido como “*ley antibarras*”. Na *Mensaje* nº 241/2018, apresentando o projeto, consta:

É imperativo que este Governo enfrente este flagelo e recupere as condições de tranquilidade, ordem e segurança necessárias para que a sociedade recupere o hábito de desfrutar de um esporte tão enraizado na idiosincrasia do país. No espírito deste projeto de lei, há uma vontade subjacente de pôr fim especificamente ao que é comumente conhecido como “*barras bravas*” [...] Embora o problema das “*barras bravas*” não seja novo na REPÚBLICA ARGENTINA, não é apenas um problema local e muitos países tiveram que enfrentá-lo [...] No entanto, o fenômeno das *barras bravas* no país tem origens e características próprias que merecem tratamento individual [...] O objetivo do projeto aqui proposto aponta para a perseguição criminal e o desfinanciamento desses grupos.⁶⁸

Esse projeto eleva em dois terços a pena mínima e um terço a pena máxima quando os delitos descritos em outras leis ocorrerem em razão de eventos futebolísticos. Do artigo 4º ao 13, todos os crimes descritos são punidos com prisão (portar armas,

⁶⁷ BONSANTI, Bruno. Fox e Turner compram direitos do Argentino (quase) pelo dobro do que pagava o governo. **Trivela**, 15 mar. 2017. Disponível em: <<https://trivela.com.br/america-do-sul/argentina/fox-e-turner-compram-direitos-do-argentino-quase-pelo-dobro-do-que-pagava-o-governo/>>. Acesso em 21 dez. 2021; BRASIL DE FATO. Na Argentina, federação denuncia intervenção estatal no futebol. **Brasil de Fato**, 3 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/03/na-argentina-federacao-denuncia-intervencao-estatal-na-afa/>>. Acesso em 21 dez. 2021.

⁶⁸ ARGENTINA. **Proyecto de ley nº INLEG-2018-61818260-APN-PTE**. Poder Ejecutivo Nacional (P.E.N.). Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/proyecto_de_ley_para_la_preencion_y_represion_de_d_elitos_en_espectaculos_futbolisticos.pdf_0.pdf>. Acesso em 23 dez. 2021, tradução minha.

inclusive armas brancas, agressão ou intimidação em grupo, doação de ingressos a grupos com histórico de violência, venda de ingressos sem autorização oficial, falsificação de ingressos, permissão de entrada de pessoas sem ingresso, com agravante se a pessoa que adentrou for membro de grupos com histórico de violência, assim como guardar carros sem autorização oficial, atrapalhar a circulação de veículos e produzir aglomerações que representem perigo ou avalanches⁶⁹). Ou seja:

A maioria das ações tipificadas como crimes no novo projeto tem a ver com atividades que o governo entende como típicas das *barras bravas*. Estes incluem especialmente a venda de bilhetes falsos ou não autorizados, a obstrução de transporte, agressão e intimidação, o uso de armas e o cuidado com os veículos. Esses elementos exigem maior controle de entrada nos estádios e punição severa para atividades que permitem, entre outras coisas, o financiamento das *barras bravas*, como revenda de ingressos ou assistência a carros. Embora não se trate de atividades exclusivamente realizadas pelas *barras*, geralmente são regulamentadas por eles, muitas vezes cobrando taxas [...] Quanto aos “guardadores de carros”, também acompanha uma busca geral do governo, principalmente na cidade de Buenos Aires, de perseguir a atividade com a mesma lógica de criminalizar e punir, em vez de regulamentar. No mesmo sentido, determina-se a figura de “ação coletiva” [artigo 13º], indicando associação de três ou mais pessoas destinadas a cometer regularmente qualquer dos crimes elencados nesta lei. Isso mudaria o tratamento judicial desses grupos, que até agora eram acusados do crime de “associação ilícita”, o que foi comprovado em poucos casos.⁷⁰

Em 2016 o “Tribuna Segura” inseriu na segurança dos eventos futebolísticos “*La Gendarmeria Nacional Argentina*” (força militar vinculada ao Ministério de Segurança). Junto ao tratamento penal mencionado anteriormente, o “Tribuna Segura” visava prestar contas aos eleitores e criar um ambiente propício ao torcedor consumidor.

Essa forma de abordar o problema é insuficiente, pois as *barras bravas* não são os únicos produtores e reprodutores de violência no futebol e faltam medidas

⁶⁹ “As avalanches, geralmente, resultam de práticas culturais dos torcedores e das torcidas e das condições estruturais dos estádios no país. Isso [a proibição] se relaciona mais com a busca por estabelecer uma ordem similar à europeia ou às competições organizadas pela FIFA [...] Uma avalanche usualmente ocorre principalmente pela concentração exagerada de torcedores em uma tribuna popular e o movimento desses torcedores em um canto ou um grito de gol” (ROSA, Sebastián Gabriel. Respuesta Final. Un análisis del proyecto de modificación de ‘Régimen penal y procesal para la prevención y represión de delitos en espectáculos futbolísticos. **II Jornadas de Sociología / Universidad Nacional de Mar del Plata** – La sociología ante las transformaciones de la sociedad argentina (ISBN 978-987-544-895-7). Mar del Plata, 28 y 29 de marzo, 2019. Disponível em: <<https://fh.mdp.edu.ar/encuentros/index.php/jsoc/jsoc2019/paper/viewFile/5692/1395>>. Acesso em 23 dez. 2021, p. 13-14, tradução minha).

⁷⁰ ROSA. *Op cit.*, p. 14, tradução minha.

preventivas.⁷¹ Porém, o recurso ao punitivismo e ao populismo penal guarda coerência com outras experiências neoliberais:

A [coalizão] *Cambemos* e o presidente Macri, em particular, têm um amplo vínculo com o futebol e seus dirigentes. Em um quadro de consolidação do problema da violência no futebol como problema público e de ampla intervenção estatal nesse sentido, a responsabilidade assumida pelo governo funciona como uma mercadoria política significativa. A lógica geral de intervenção governamental desde o final de 2015 aprofundou os dispositivos de controle e repressão, com especial ênfase no uso de novas tecnologias. Por sua vez, esse processo foi acompanhado pela busca de expor os resultados e efeitos da atividade repressiva, com foco na acusação das *barras bravas* como bodes expiatórios e os únicos responsáveis pelas múltiplas violências no futebol, enquanto ocultavam seus vínculos com esses grupos.⁷²

O governo Macri ainda desengavetou o projeto da *Sociedad Anónima Deportiva* (SAD) por meio do deputado governista Nicolás Massot e com participação do *Secretario General de la Presidencia* Fernando De Andreis. Segundo órgãos de imprensa, em reunião com empresários, membros do governo trataram com empresas multinacionais e nacionais interessadas em investir no modelo, apresentando sete clubes que estariam abertos à SAD: Arsenal, Olimpo, Newells Old Boys, Quilmes (já havia experimentado o *gerenciamiento*), All Boys, Sarmiento de Junín e Independiente Rivadavia de Mendoza. Como em 1999, a posição da maioria dos clubes foi contrária ao projeto. O presidente da Superliga argentina, Mariano Elizondo, afirmou que a SAD não era tema de debate, reiterou a inexistência de lei regulamentar, a incompatibilidade com os estatutos da Superliga e, em caso de aprovação de lei, a necessidade de alterar os estatutos dos clubes para adoção da SAD, demandando debate no âmbito da AFA e da Superliga.⁷³

⁷¹ MURZI, Diego e TREJO, Fernando Segura Millan. Hacia un mapa de la ‘violencia en el fútbol’: actores, dinámicas, respuestas públicas y desafíos en el caso de Argentina. **Revista de Gestión Pública**, v. 7, n. 1, p. 43-75, jan-jun. 2018.

⁷² ROSA, Sebastián Gabriel. Respuesta Final. Un análisis del proyecto de modificación de ‘Régimen penal y procesal para la prevención y represión de delitos en espectáculos futbolísticos. **II Jornadas de Sociología / Universidad Nacional de Mar del Plata** – La sociología ante las transformaciones de la sociedad argentina (ISBN 978-987-544-895-7). Mar del Plata, 28 y 29 de marzo, 2019. Disponível em: <<https://fh.mdp.edu.ar/encuentros/index.php/jsoc/jsoc2019/paper/viewFile/5692/1395>>. Acesso em 23 dez. 2021, p. 2, tradução minha.

⁷³ GABILONDO, Aritz. Las SAD no son un tema de debate en el fútbol argentino. **As**, 25 set. 2019. Disponível em: <https://argentina.as.com/argentina/2019/09/25/futbol/1569431117_566488.html>. Acesso em 14 mar. 2022; JIMÉNEZ, Pablo e GOLLETI, Andrés. El gobierno ya ofrece modelos de clubes para instalar las SAD. **Doble Amarilla**, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://www.dobleamarilla.com.ar/rosca/el-gobierno-ya-ofrece-modelos-de-clubes-para-instalar-las-sad-_a5a8d68b01ddf455eea2ee3d9>. Acesso em 14 mar. 2022.

Macri nomeou pessoas ligadas ao futebol para cargos importantes. Oscar Moscariello, ex-presidente do Boca Juniors na chapa com Angelici apoiada por Macri, foi nomeado embaixador em Portugal. Diego Santilli, filho do dirigente do River Plate e empresário Hugo Santilli e irmão do dirigente do mesmo clube Dario Santilli, foi Ministro de Ambiente e Espaço Público na gestão de Macri em Buenos Aires e Ministro da Justiça e Segurança da Argentina durante a presidência de Macri – depois, fez parte da chapa do PRO que venceu o governo de Buenos Aires como vice chefe de governo. Como Secretário Nacional de Segurança, vinculado ao ministério de Santilli, esteve Eugenio Burzaco, responsável pelo Setor de Segurança do River Plate.⁷⁴

Foi coerente ao ideário neoliberal argumentando a virtuosa ação técnica contra as vicissitudes da política. Assim, mobilizou mudanças por decretos, reduzindo os canais de participação da sociedade por meio de seus representantes eleitos e alterou entes públicos realocando ou substituindo-os por órgãos vinculados ao Executivo. Em que pese possíveis e necessários debates para compreender a qual corrente neoliberal o *macrismo* se filia, há coerência com pressupostos de Friedrich August von Hayek⁷⁵: a democracia não é um objetivo central; ao contrário ela seria uma forma política que impõe um método de seleção de dirigentes que tende a desvirtuar o projeto neoliberal. Portanto, não é a soberania popular quem confere legitimidade às decisões, mas as normas de condutas advindas do mercado. Desse modo, restringir o alcance da soberania popular é desejável ao impedir uma democracia danosa ao desenvolvimento *espontâneo* do mercado.

LA NACIÓN. La historia del PRODE, el juego de apuestas de Fútbol llega a su fin tras 46 años. **La Nación**, 2 fev 2018. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/deportes/futbol/la-historia-del-prode-el-juego-de-apuestas-de-futbol-que-ll-ega-a-su-fin-tras-46-anos-nid2106013/>>. Acesso em 7 fev. 2022; SANTOS, Irlan Simões da Cruz. Las SAD – A ofensiva da empresarização dos clubes de futebol da Argentina. **Ludopédio**, 7 maio 2018. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/arquibancada/las-sad/>>. Acesso em 14 mar. 2022.

⁷⁴ BURGO, Andrés. Fútbol y política se mezclan en Argentina. **El País**, 20 out. 2019. Disponível em: <https://elpais.com/deportes/2019/10/18/actualidad/1571409181_172857.html>. Acesso em 21 dez. 2021.

⁷⁵ HAYEK, Friedrich. **El camino de la servidumbre**. Alianza, 2007.

6 Considerações finais

A partir dos anos 1990 a neoliberalização do futebol se evidencia pelo aumento do êxodo dos melhores jogadores dos clubes argentinos para a Europa e mercados intermediários (Oriente Médio, Leste Europeu e recentemente Estados Unidos), pelo crescente debate sobre clubes-empresa (ainda sem sucesso), pelo avanço do punitivismo penal (com foco nas *barras bravas*) e pela exaltação do torcedor consumidor. O período foi pela consolidação do futebol como mercado e produto, exemplificada pela venda dos direitos de transmissão para o consórcio *Clarín / TyC* e, posteriormente, o retorno da iniciativa privada com o Grupo Fox como proprietária desses direitos.

Esse artigo desmobiliza algumas impressões ou argumentos baseados em informações incompletas. É comum associar futebol e política a partir da apropriação e instrumentalização do esporte por regimes autoritários e populistas. Essa associação ignora os interesses políticos e a agência dos dirigentes esportivos.⁷⁶ Nessa perspectiva, seria de se esperar que Menem, um populista peronista, fomentasse os esportes, e particularmente o futebol, como estratégia de mobilização popular; Macri, opositor do PJ, defensor do modelo empresarial no futebol e conhecido pelo viés neoliberal, separaria o futebol da agenda estatal consolidando-o como assunto privado.

A expectativa sobre Menem se materializou no Pan-Americano de Mar Del Plata e na tentativa de impulsionar o esporte de alto rendimento, como ocorreu nos governos de Juan Domingo Peron. Também é registrado o interesse em desalojar Grondona e *peronizar* a AFA. Ao longo de seu governo o caráter neoliberal se impôs e os princípios peronistas foram adequados a uma lógica mercantil evidente (Teoria do Capital Humano, abertura para iniciativa privada, etc.). No futebol avançou a modalidade de *gerenciamiento* e os direitos televisivos, como ocorria internacionalmente, passaram a ser uma fonte importante de financiamento dos clubes e federações com a ampliação das modalidades pagas de televisionamento em detrimento da TV aberta. Por fim, suspendeu o PRODE⁷⁷ e o combate à violência no futebol se limitou à retórica do

⁷⁶ RIBEIRO, Luiz Carlos. "Futebol e Política". In: Giglio, Sérgio Settani e Proni, Marcelo Weishaupt (orgs.). **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 25-43.

⁷⁷ O concurso foi resgatado nos anos 2000 pelo parlamentar peronista Daniel Scioli e novamente suspenso no governo Macri.

inimigo comum (*barras bravas*) e ao punitivismo simplista carente de medidas preventivas.

Macri se projetou politicamente a partir de elementos da cultura popular que estão na base do peronismo e não a partir da negação deles como era recorrente na oposição ao peronismo. Além disso, o vínculo com o futebol levou à nomeação de diversos dirigentes esportivos. No entanto, a mobilização da cultura popular e os vínculos com o futebol não alteraram os rumos do projeto neoliberal para o esporte. Ele, quando presidente do Boca Juniors, havia feito coro pelo clube-empresa nos anos 1990 apresentando o modelo da *Sociedades Anónimas Deportivas* (SADs), resgatado em duas ocasiões (por meio do senador José Yayo Carbonell em 2001 e no fim do seu mandato presidencial). A retomada da hegemonia neoliberal durante seu governo se caracterizou pela interrupção de programas, eventos e formas de financiamento público para o esporte. Recorrendo aos decretos, Macri descaracterizou a lei de regulamentação econômica das empresas de comunicação, acabou com o *FpT* e adotou um valor base sem correção pela inflação para fomentar o esporte de alto rendimento e acabou com o PRODE. Sem retirar o Estado dos assuntos do futebol, usou instituições estatais para impedir a vitória de Hugo Moyano para sucessão de Grondona na AFA, recorreu ao populismo penal para o enfrentamento da violência no futebol e tentou resgatar o projeto das SADs.

Quanto às modalidades de clube-empresa, o *gerenciamiento*, defendido por Menem, saiu do papel sem chegar à maioria dos clubes e sem grandes êxitos esportivos. A SAD, apoiada por Macri, foi derrotada em assembleia na AFA e não avançou nas tentativas a partir do Estado. Cumpre destacar a relativa autonomia dos clubes como fator decisivo para limitar – e não anular ou bloquear – a neoliberalização. O apoio na Assembleia de Clubes da AFA possibilitou a Grondona manter o *gerenciamiento* como modelo minoritário e bloqueou a proposta da SAD, tanto na Assembleia quanto na tentativa de Macri por meio do senador José Yayo Carbonell. Durante a presidência de Macri essa autonomia voltou a ser determinante na nova rejeição à SAD a partir da oposição dos clubes e da postura enfática da Superliga.

A lógica *hayekiana* da Demarquia – diferente da democracia – conduz a práticas restritivas da soberania popular. Menem demonstrou pouco apreço pelas instituições representativas e pouco empenho no fortalecimento das instituições republicanas; realizou reformas estruturais do Estado com apoio de lideranças de províncias periféricas e super-representadas que lhe conferiu base no Congresso – em vez da negociação direta com o Legislativo e encaminhou a CN94, fortalecendo o Poder Executivo. Macri recorreu a decretos e bloqueou a participação da sociedade civil em diversos entes voltados ao esporte, na reforma tributária e nos assuntos sensíveis às empresas de comunicação.

O recurso a mitos fundantes do neoliberalismo também é comum. Menem e Macri defendiam o sacrifício dos trabalhadores em apoio a ajustes econômicos que conduziriam a um futuro indeterminado melhor. No esporte, reduziram o investimento público e vincularam a Teoria do Capital Humano. No entanto, apesar da expectativa de redução do Estado – que deve ser matizada e compreendida à luz dos pressupostos teóricos e diferenciada do Estado Mínimo –, ambos atuaram diretamente para encaminhar modelos de clube-empresa (*gerenciamiento* e SAD) e para emplacar aliados na AFA. Por um lado, o *gerenciamiento* de Menem saiu do papel (diferente da SAD de Macri). Por outro, a morte de Grondona em 2014 abriu uma janela de oportunidade para o governo Macri evitar a vitória de Hugo Moyano na AFA, favorecendo a eleição de uma chapa cuja vice-presidência era ocupada por um aliado desde a política interna do Boca Juniors. Isso não foi possível para Menem, em virtude do apoio da FIFA à Grondona e do esclarecimento do veto da entidade internacional à intervenção governamental em federações de futebol.

Em 2016, fotos de manchetes de jornais dos anos 1990 foram resgatadas para questionar se Macri repetia os caminhos de Menem. As imagens eram compartilhadas com legendas como: “¿figurita repetida decís?”, “volvimos tanto a los 90 que hasta las tapas de los diarios se pueden reciclar”, “90 que parece escrita hoy”, “¿volvemos al neoliberalismo de los 90?”. Na relação com os esportes, incluindo o futebol, não foi muito diferente: as variações se explicam mais pelas mudanças contextuais, gerando janelas de oportunidades ou obstáculos para certos projetos, que por fatores internos aos

governos ou compromissos dos respectivos líderes. Isso se deve ao fato do *macrismo* ser mais um *antikirchnerismo* que um *antiperonismo*. O peronismo continua a estruturar o debate político no país, mas é um movimento heterogêneo composto por diferentes vertentes. O *kirchnerismo* se estruturou como alternativa política em oposição ao neoliberalismo e se estabeleceu com o apoio de lideranças e movimentos que se insurgiram nas mobilizações contra os efeitos do neoliberalismo no país entre os anos 1999 e 2003, se consolidando como um projeto neodesenvolvimentista. Por isso, a adesão ao neoliberalismo aproxima Macri de Menem. Inclusive, Macri contou com o apoio dos peronistas dissidentes (*antikirchneristas*) em algumas províncias e, enfatizando as críticas a Alberto Fernández e Cristina Kirchner, recentemente elogiou Menem.

Ainda que a neoliberalização tenha avançado nos dois governos, é prudente esclarecer que as iniciativas e a duração do Governo Menem o caracterizam como uma conjuntura crítica na institucionalização política do futebol na Argentina, instituindo a camada de neoliberalização. Assim, as medidas de Menem tiveram o potencial de condicionar as ações dos governos seguintes. Em contrapartida, o Governo Macri se constitui como ponto focal com medidas que reforçam a camada da neoliberalização.

Logo, partidos diferentes não os tornaram adversários, distribuíram-nos em posições diferentes em favor da ofensiva neoliberal. Menos óbvias e mais difíceis interceptar que as “tabelas” (tabelinhas, *combinación*, *one-two*) entre uma dupla de centroavantes, é aquela em que um dos jogadores vem de trás com a bola e, como elemento surpresa, olhando com amplitude o posicionamento adversário, toca para um companheiro que age como pivô, se movimenta e recebe a bola novamente em posição de finalizar.

Apêndice: Quadro 1: Análise sobre as relações futebol, Estado e política na Argentina⁷⁸

Periodização	Síntese analítica para cada período:
<p>Antecedente com potencial explicativo: Origem do Futebol à profissionalização (1867-1931)</p>	<p><i>Formato:</i> estruturação do futebol de modo <i>concêntrico</i> (Buenos Aires e municipalidades circundantes). <i>Contexto político:</i> a Argentina havia superado <i>El Orden Conservador</i> com a ascensão de Yrigoyen e UCR. Resolveu a questão federal reafirmando a centralidade de Buenos Aires e os levantes interioranos já tinham sido superados sem resolver a clivagem política centro (Buenos Aires) <i>versus</i> periferia (interior). <i>Futebol:</i> apesar de clubes mais elitizados, a chamada “militância pelo futebol” estimulou a criação de clubes nos bairros da região Metropolitana da capital. Em um momento de forte associativismo, os clubes assumiram funções culturais e de lazer, convertendo-se em elemento central na vida comunitária. O “amadorismo marrom”, já nos anos 1920, era um meio legítimo de ascensão social com a organização e atuação política dos jogadores em busca de melhores condições de trabalho. A centralidade dos clubes na <i>identidad barrial</i> projetava os dirigentes de clubes para a política e atraía políticos interessados em criar e/ou fortalecer vínculos com bases eleitorais.</p>
<p>Conjuntura Crítica (INÍCIO DA TRAJETÓRIA – CAMADA 1): Da Greve de 1931 ao Peronismo (1931- 1976)</p>	<p><i>Justificativas para a atuação estatal sistemática:</i> a Greve de 1931 colocou em evidência as contradições entre capital (clubes) <i>versus</i> trabalho (jogadores) e o êxodo de atletas associado à evolução dos países com futebol profissional, diminuía a força dos argumentos defensores do amadorismo (sobretudo da elite). Além disso, em um contexto de crise do liberalismo, a atuação estatal para amortecer as contradições de classe era vista como legítima e até desejável. <i>Contexto político:</i> Hipólito Yrigoyen, era destituído do poder em favor de uma ditadura militar. No entanto, o yrigoyenismo e a UCR constituíam-se as principais forças políticas, cabendo a dissidências da própria UCR o papel de principais forças opositoras a Yrigoyen. Apesar de retirado do poder, a capacidade de mobilização do yrigoyenismo pressionava as ditaduras e as dissidências da UCR a manter a atenção às mobilizações. Sob Perón, sem mudanças substanciais na relação entre Estado e futebol, deu sequência ao que vinha ocorrendo e emplacou peronistas para o comando da AFA. Porém as reações dos clubes à Greve de 1948 e ao reconhecimento de algumas demandas trabalhistas aos jogadores mostram que o avanço do peronismo não significou controle sobre os clubes. <i>Futebol:</i> o futebol como fenômeno de massa e articulado com a identidade argentina já estava consolidado desde os anos 1920. Atender aos interesses futebolísticos poderia ser um recurso político relevante. A ação de Uriburu/Guerrico para a profissionalização não resultou na imediata extinção da <i>Ley Candado</i> (uma espécie de “passe”); além disso, a relação não se modificou após o fim desse governo ditatorial: Justo concedeu empréstimos e financiamentos para construção de estádios. Quando Perón assumiu, o futebol já estava sistematicamente na agenda do Estado. Entre as duas épocas peronistas, alguns golpes militares que não alteraram o sentido: cria o PRODE para ajudar a financiar a nacionalização do futebol e, em reação à mobilização dos atletas com decisão judicial favorável, elabora o Estatuto dos Jogadores Profissionais. O retorno de Perón é marcado pela regulamentação do destino do PRODE, reduzindo a discricionariedade da AFA e ampliando o reconhecimento da representação trabalhista pela <i>Futbolistas Argentinas Agremiados</i> (destina recursos para obras sociais).</p>
<p>Contexto de Ponto focal: Ditadura Militar (1976-1983)</p>	<p>A Copa como estratégia de obtenção de apoio popular, controle indireto da AFA (influência sobre Cantilo), ampliação de clubes do interior no Nacional. Reações de clubes demonstram que a centralidade do clube na vida comunitária dava a essas entidades mais força para se opor ao regime do que outras associações civis.</p>
<p>Conjuntura crítica (CAMADA 2): Abertura democrática e neoliberalização (1983-1999). Tratado na seção 4.</p>	
<p>Contexto de Pontos Focais: kirchnerismo, a centro-esquerda do PJ (2003-2015)</p>	<p>É o único dos três contextos focais nomeado no plural. Remete à primeira camada em que a institucionalização dos interesses organizados na agenda do Estado estava se iniciando com importante participação do Estado, inclusive econômico: retomaram a presença econômica no esporte e, principalmente, no futebol (com o <i>Fútbol para Todos</i>). O que foi reafirmado na Ditadura Militar (1976-83). No entanto, não romperam totalmente com o legado neoliberal da segunda camada (Conjuntura Crítica, 1980-1990).</p>
<p>Contexto de Ponto Focal: o retorno neoliberal (2015-2019). Tratado na seção 5.</p>	

⁷⁸ Baseado em NASCIMENTO, Jefferson F. **A institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada:** o caso do futebol (1930-2020). Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022, p. 294-299.